

Empresários poderão ter 50% do salário-educação para administrar CIAC

por Nora Gonzalez
de São Paulo

A partir de julho o Ministério da Educação pretende inaugurar um Centro de Integração e Apoio à Criança (CIAC) por dia. Eles deverão ser construídos pela União, mas para seu custeio não está prevista dotação orçamentária. Por isso, a intenção do governo é repassar a administração a estados, municípios e mesmo a associações ou empresas privadas que queiram firmar contratos de gestão com o Executivo.

Para incentivar essa prática, o ministro José Goldemberg disse que está disposto a "discutir" a liberação de parte do salário-educação, que é recolhido mensalmente pelos empregadores (2,5% sobre a folha de pagamentos). "Não podemos abrir mão de tudo, mas analisaremos propostas meio a meio", disse Goldemberg domingo no programa "Crítica & Auto-crítica", produzido pela Gazeta Mercantil e Rede Bandeirantes de Televisão.

O ministro não admite contudo abrir completamente mão do salário-educação porque não quer abandonar o princípio distributivo do imposto. Ele acredita que se a União não arrecadar parte do salário-educação haverá concentração de CIAC em algumas regiões e falta em outras, mas acena com outros atrativos para os interessados em administrar os centros, além de parte do salário-educação: "Podemos oferecer certos serviços, como a merenda, por exemplo", disse. Atualmente, há cinco CIAC inaugurados, três em Brasília e dois no Rio, mas em São Paulo há treze fábricas já



José Goldemberg

licitadas, que poderão produzir um centro por dia.

Em junho, o ministro pretende abrir quinze novos CIAC em todo o País. A demora, segundo ele, deve-se às adaptações que têm que ser feitas, dependendo da localização geográfica de cada um.

TREINAMENTO

O ministro disse também que o objetivo para este ano é elevar para 15% da arrecadação do salário-educação a verba destinada a treinamento de professores, que hoje está em 4% e até o ano passado não excedia 2%. "Nesse sentido estaremos assinando convênios com vários estados no mês de maio, num total de Cr\$ 300 bilhões", disse Goldemberg. Atualmente, o 1,8 milhão de professores em todo o País seria um número suficiente para as necessidades do Brasil, mas o despreparo, segundo o ministro, é grande.

Para elevar a qualidade do ensino, Goldemberg defendeu a adoção do regime de dedicação exclusiva, já proposto em São Paulo, mas rejeitado pelo sindicato da categoria.